COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 7.063, DE 2010

Modifica a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para acrescentar parágrafo único ao art. 25, de modo a ampliar a aplicação de descontos especiais nas tarifas de energia elétrica utilizada nas atividades de agricultura irrigada e aquicultura.

Autor: Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS

Relator: Deputado ADRIAN

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.063/2010, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, pretende modificar o artigo 25 da Lei nº 10.438/2002, que trata dos descontos nas tarifas de energia elétrica aplicáveis aos consumidores rurais na realização das atividades de irrigação e aquicultura. O objetivo da proposição é estender a concessão dos descontos para período diurno, das seis às dezoito horas, dos finais de semana e feriados nacionais e estaduais.

Em sua justificção, o insigne autor argumenta que esse benefício será um incentivo adicional para a intensificação das atividades de agricultura irrigada e aquicultura, com efeitos favoráveis sobre a geração de emprego e renda no campo.

Encontra-se apensado o Projeto de Lei nº 580/2011, cujo autor é o ilustre Deputado Lelo Coimbra, que tem o objetivo de modificar do mesmo dispositivo da Lei nº 10.438/2002, para determinar que os descontos

nas tarifas de energia elétrica para as atividades de irrigação e aquicultura sejam aplicados a qualquer horário dos finais de semana e feriados nacionais.

A matéria tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, tendo sido distribuída às de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Minas e Energia; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural posicionou-se pela aprovação dos projetos de lei em causa, na forma de substitutivo apresentado pelo relator, nobre Deputado Vítor Penido. Esse substitutivo propõe que os descontos nas tarifas sejam concedidos das 12:00h às 21:30h aos sábados e entre as 6:00h e as 21:30h aos domingos e feriados nacionais e estaduais, além do período noturno já previsto em Lei. Segundo consta do parecer do relator, a motivação para a definição dessa configuração é não sobrecarregar o sistema elétrico nas manhãs de sábado, período em que haveria grande demanda de energia elétrica pelo setor industrial.

Nesta Comissão de Minas e Energia, no decurso do prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Consideramos que a matéria em exame é bastante oportuna e meritória ao procurar incentivar as atividade de agricultura irrigada e aquicultura.

Essas atividades são de grande importância para elevar a renda dos produtores rurais, garantindo a produção de alimentos no país e a exuberante participação do setor agrícola em nossa pauta de exportações. Além disso, contribuem para melhorar as perspectivas de vida no campo, evitando demasiado aumento populacional de nossas metrópoles, que já sofrem com graves problemas sociais.

Quanto às proposições em apreço, deve-se ressaltar, inicialmente, que a Lei nº 10.438/2002, ao instituir descontos especiais nas tarifas de energia elétrica para a irrigação e a aquicultura, procurou fazê-lo sem que se sobrecarregasse o sistema de abastecimento de energia elétrica. Para tanto, definiu o período noturno de baixo consumo de eletricidade para aplicá-los.

Seguindo o mesmo princípio, constata-se que, nos finais de semana e feriados, a carga elétrica do período diurno é igualmente bastante reduzida. Sendo assim, não vislumbramos impedimentos para que o desconto tarifário seja também aplicado nesses momentos de baixo consumo de energia.

No entanto, consideramos pertinente a observação feita pelo relator da matéria na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no que se refere às manhãs de sábado. Nesse horário realizam-se intensas atividades comerciais e industriais, com elevada demanda por energia elétrica. Portanto, entendemos mais apropriado que, nesse intervalo de tempo, não sejam aplicáveis os descontos especiais em causa, como bem proposto pela comissão de mérito que nos antecedeu na análise da matéria.

Assim, por todo o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 7.063/2010 e do Projeto de Lei nº 580/2011 apenso, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Sala da Comissão, em   de   de 2012.

Deputado ADRIAN
Relator